



E_COM10XV/2023/74

Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social
e Inclusão

Deputada Isabel Meirelles

Assunto: Pedido de Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre o licenciamento e fiscalização de lares, o investimento do PRR em respostas sociais e o plano de acção para a longevidade e envelhecimento activo e saudável

No seguimento de notícias veiculadas pela comunicação social, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou conhecimento de possíveis maus-tratos a idosos e outras condições intoleráveis no lar «Delicado Raminho», na Lourinhã. Esta situação provocou a imediata intervenção da tutela e uma acção de fiscalização que já levou ao encerramento do lar e à transferência dos utentes. Esta situação deve levar a uma análise sobre as condições de licenciamento e fiscalização dos lares, que gostaríamos de auscultar com a tutela.

Simultaneamente, este tema propicia uma reflexão mais alargada sobre temáticas relacionadas com os lares que são de manifesto interesse público e que pretendemos abordar em sede de audição parlamentar.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem previsto um investimento estrutural e fulcral para as respostas sociais, que complementa os investimentos feitos no âmbito do PARES, garantindo maior oferta e melhores condições e qualidade aos beneficiários destas respostas sociais. Neste âmbito, o PRR prevê um investimento de 205 milhões de euros para que as IPSS desenvolvam a rede nacional de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos, havendo mais 417 milhões de euros para a requalificação e alargamento das redes de equipamentos sociais, incluindo Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI's) e Centros de Dia, para uma nova geração de apoios domiciliários e para o desenvolvimento de um projecto piloto de radar social.



Ao nível do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, sabemos que o Governo reforçou as comparticipações e criou apoios extraordinários para as respostas sociais. Foi assim com o reforço estrutural das comparticipações assumido no compromisso do Pacto de Cooperação, com o objectivo de garantir um esforço equitativo no custo das respostas sociais, levando a um aumento, em 2022, de 8,4% na comparticipação financeira das ERPI's e a um aumento de 11,5% na comparticipação financeira dos Centros de Dia. Em Dezembro foi assinada uma adenda ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário com a maior actualização de sempre nas comparticipações financeiras das respostas sociais (+ 5% para todas as respostas sociais típicas), totalizando um valor global superior a 83 milhões de euros, sendo importante um balanço deste compromisso e do seu impacto nos lares.

Para fazer face ao aumento dos custos decorrentes da evolução da inflação, que a todos preocupa, o Governo atribuiu em 2022 três apoios extraordinários no montante global de 58,9 milhões de euros (18 milhões de euros para fazer face ao aumento dos bens alimentares, 3 milhões de euros para apoio ao aumento dos custos com combustíveis e um apoio extraordinário de 37,9 milhões de euros pago em Dezembro), a que se soma um apoio extraordinário para o ano de 2023 no valor de 38,1 milhões de euros, pelo que o GPPS pretende avaliar a execução destes apoios.

Por fim, pretendemos um balanço do Plano de Acção para a Longevidade e Envelhecimento Activo e Saudável, seguindo as linhas orientadoras de acção e as medidas estruturadas no âmbito da Longevidade, Envelhecimento Activo e Saudável, incluindo os cuidados de longa duração, tendo em consideração a autonomia, a segurança, a dignidade, a participação, a saúde, o bem-estar e a não discriminação das pessoas mais velhas.

Neste contexto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Lisboa, 8 de Março de 2023

O Deputado,

Tiago Barbosa Ribeiro